FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Aristonildo Chagas Araújo Nascimento

Universidade Federal do Amazonas/Brasil

aristonildo@ufam.edu.br

Resumo: Atender ao diferente tem sido um dos principais entraves ao processo de educação inclusiva, na concepção de muitos professores. Nosso objetivo neste projeto foi investigar o processo formativo de professores no Município de Iranduba na perspectiva da inclusão. Local de pesquisa: escolas públicas de Iranduba; sujeitos: Professores. O estudo foi efetivado através de *pesquisa bibliográfica, análise de documentos e pesquisa de campo*, utilizando a técnica de *entrevistas semi-estruturadas e questionários semi-abertos*.

Palavras-chave: educação inclusiva; diversidade; formação de professores.

Neste trabalho abordaremos o resultado da pesquisa feita em 2009 sobre a concepção que os Professores no Município de Iranduba têm sobre Educação Inclusiva.

Nesta pesquisa, dentro de uma perspectiva sócio-crítica, tivemos como objetivos, focalizar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular da rede municipal de Iranduba e verificar como é o processo de formação de professores/as neste município e sua concepção sobre a escola inclusiva. A partir dessa perspectiva, analisaremos algumas falas dos sujeitos no intuito de direcionar rumos que a Educação Inclusiva propõe hoje para a sociedade, levando em consideração as dificuldades encontradas.

A Inclusão está acontecendo paulatinamente, mas nem por isso têm sido resguardados ou assegurados com clareza, os recursos disponíveis para os alunos com necessidades educacionais especiais dentro das escolas de ensino regular, que promovam a educação de forma humanizada.

As escolas pertencentes a este município estão distribuídas de acordo com sua extensão territorial e localização geográfica: sede, vicinais, rodovia e à margem do rio Negro e rio Solimões (Amazonas).

Em conversas com os professores, percebemos pouca ou quase nenhuma orientação pedagógica ao professor, de atendimento psicológico ao aluno e à família, a falta de material didático escolar, merenda e recursos físicos; além das intempéries da natureza, época em que os rios estão acima ou abaixo do nível normal, dois grandes embates que os moradores dessas áreas sofrem todos os anos.

A ausência de interação e apoio às escolas torna-se cada vez mais complexo para a escola cumprir a sua função social: legitimar a democracia, empreender ações mais concretas para a garantia de um direito comum a todo cidadão, mudar ou esclarecer as representações negativas agregadas ao diferente, além de ser diferenciada em experiências práticas e reflexivas na expressão social e cultural que está presente em seu contexto, considerando as diferenças e semelhanças que compõem a diversidade cultural, representada principalmente por alunos que vêm de outras localidades.

Quanto ao fator ambiental, vale ressaltar que no período de enchente as escolas da zona rural não atendem ao total de dias letivos, causando, assim, grandes prejuízos à formação dos alunos, apesar de o calendário escolar ser adaptado de acordo com as necessidades de cada escola como prediz a LDB em seu § 2º.:

O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei (p. 62).

Diante desta realidade, queríamos saber a opinião do professor quanto ao cumprimento ou não dos dias letivos e que prejuízos poderiam trazer aos alunos.

Em entrevista com os professores, obtivemos a informação de que o não cumprimento dos dias letivos nestas escolas se dá também por falta de incentivo, de apoio didático pedagógico e de recursos financeiros por parte da própria Secretaria de Educação do município:

Sabemos que tudo gira em torno de uma política burocrática, muitas vezes, nós, professores, precisamos nos submeter a situações de modo a garantir um retorno quando solicitamos algo da Secretaria de Educação. Percebemos que ela não garante os próprios recursos diretamente para a educação nas escolas do município e isso gera desconforto para desenvolver um bom trabalho, que a cada dia é preciso melhorar e obter resultados positivos em sala com nossos alunos (Relato de um professor).

Na visão deste professor o que percebemos é uma falta de atenção especial da gestão escolar para com alunos e professores, um atendimento de acordo com as especificidades de cada aluno e de cada profissional.

Procuramos analisar cuidadosamente a coleta de dados obtidos por meio das respostas dos professores. A fala dos sujeitos foi obtida por intermédio de entrevistas semi-estruturadas e questionários semi-abertos, o que permitiu a cada sujeito responder aos instrumentos de maneira própria e singular.

Nossa preocupação neste momento é quanto à educação inclusiva, como esta ocorre nas escolas municipais e como os professores atendem às crianças com necessidades educacionais especiais.

Não pretendemos esgotar a discussão sobre o tema Educação Inclusiva e Formação de Professores no Município de Iranduba, mas refletir sobre a realidade das escolas desse município, dentro de uma perspectiva histórico-crítica.

ESCOLAS MUNICIPAIS DE IRANDUBA: UMA REFLEXÃO

Segunda a coleta de dados, existem 56 (cinquenta e seis) estabelecimentos de ensino no município. De acordo com os dados obtidos, o número de alunos nas escolas municipais de Iranduba soma 9.114 (nove mil cento e quatorze) estudantes matriculados.

Estas escolas encontram-se distribuídas na sede do município, denominada zona urbana, e no interior do município, denominado zona rural. A realidade de uma escola para outra não é muito diferente em relação aos aspectos físicos e didático-pedagógicos.

Muito distante da sede (zona urbana), algumas escolas localizadas no interior do município, como por exemplo, nas ilhas à margem do rio Solimões ou à margem do rio Negro, recebem da Secretaria Municipal de Educação os cuidados primordiais, tais como: entrega de livro didático e a merenda escolar. Observamos que o professor da zona rural é um “guerreiro” preocupado com seus alunos, pois ele é diretor, secretário, merendeiro, faxineiro e mora na escola. Este professor não tem apoio técnico pedagógico de qualidade, suas orientações são adquiridas nas reuniões ou encontros de diretores e professores na sede do município. Locomovem-se em barco próprio ou particular, gastando uma parcela de seu salário de professor para cumprir com suas responsabilidades.

Algo parecido ocorre com os alunos que estudam nas escolas localizadas na zona rural, à margem dos rios ou lagos. A maioria desses alunos vem de longe em suas canoas abrindo caminhos, enfrentando os riscos comuns dos rios amazônicos.

A rotina é a mesma, o professor que atende as salas multisseriadas divide a turma de 1.^a à 4.^a série com uma cortina de pano. Acreditamos que esta prática não ajuda na aprendizagem dos alunos pela falta de concentração, pois o barulho na maioria das vezes incomoda, no entanto, concluímos que as crianças aprendem em conjunto, porque o professor tem seu ‘jogo de cintura’... tem um olhar mais familiar preocupado com a formação do aluno em sala. É preocupante, mas, infelizmente, muitas escolas da zona rural do município de Iranduba não são dignas de serem assim chamadas, por não possuir estrutura física adequada,

encontrando-se em precárias condições físicas, entre outras dificuldades encontradas no dia-a-dia delas.

Os professores cumprem com suas responsabilidades e seu papel no qual lhes foi concedido pelo poder público. Esse professor é um altruísta, quando tira de seu salário que já é tão pouco para suprir algumas necessidades da escola, tais como compra de gás, material de consumo, higiene e limpeza, e às vezes até pedagógico como: lápis, cadernos, papel, tinta de pincel para quadro branco, cartucho para impressora (aquela que tem computador). Esta é uma rotina na vida de muitos professores que atuam nas escolas de Iranduba.

Há momentos em que alguns professores da zona rural preparam a merenda de seus alunos no fogo a lenha, por falta de gás natural. Foi a partir desse momento que pensamos em escrever e desenvolver este trabalho, na intenção de mostrar essa realidade e levar a uma reflexão sobre o perfil de homem que queremos formar a começar da educação que recebe.

Enfrentamos diversas dificuldades nos dias atuais, como as citadas, principalmente quando diz respeito à educação, neste caso à Educação Inclusiva no Amazonas. Por ser um Estado cercado de águas negras e barrentas, tudo fica mais difícil. Não é fácil ser professor nessa era de globalização, quando não temos apoio das autoridades constituídas e por falta de políticas públicas sérias, que obriguem os governantes a cumprir com suas obrigações.

Não basta apenas querer ser professor, por gostar dessa missão, é preciso muito mais que isso, é preciso fazer acontecer a educação de qualidade que tanto almejamos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE PENSA OS PROFESSORES

Investigamos um determinado campo para entendê-lo, para nos informarmos melhor sobre ele... Para aprendermos a atuar com precisão. Os que investigam ensino estão comprometidos com a tarefa de compreender seus fenômenos, de aprender a melhorar sua realização, de descobrir melhores maneiras de preparar os indivíduos que querem ensinar... O conhecimento não cresce natural e inexoravelmente. Cresce por meio das investigações de estudiosos – empíricos e práticos – e é, por isso, uma função dos tipos de perguntas formuladas, problemas colocados e questões estruturadas por aqueles que investigam (BARBOSA, 2003, p. 202).

A entrevista com os professores foi gratificante, pois conhecemos melhor seus anseios e perspectivas para uma educação de qualidade e, abrangendo um olhar mais profundo, percebemos que estes professores se encontram insatisfeitos com a educação no município, principalmente quando se refere à Educação Inclusiva. De acordo com a pesquisa, obtivemos

resultados interessantes, e a forma como está sendo conduzido o processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Dezesseis professores de diferentes escolas municipais de Iranduba responderam ao questionário semi-aberto, no qual nossa pretensão foi conhecer aspectos relacionados à sua vida profissional, acadêmica e pessoal.

A profissionalização do professorado acompanha-se de uma política de normalização de controle estatal. As escolas normais constituem o lugar certo para disciplinar os professores, transformando-os em agentes do projeto social e político da modernidade (SERBINO, 1998, p. 23).

Claro que a educação é um ato político. Se algum professor julga que sua ação é politicamente neutra, não entendeu nada de sua profissão e o melhor é mudar logo. Tudo o que fazemos em nosso comportamento, nossas opiniões e atitudes, são registradas.

Durante a investigação, tivemos o interesse em saber se a formação que o professor recebeu lhe deu subsídios para receber o aluno com Necessidades Educacionais Especiais em sala de aula. As respostas variaram muito, vejamos:

Professor	Sim	Não	Justificativa
1		x	
2	x		Temos que gostar de trabalhar nessa área e ter amor com o que fazemos porque é difícil, mas nunca impossível.
3	x		Até o presente momento, pensar nestas possibilidades era um grande desafio, mas logo foi superando depois das orientações recebidas.
4		x	
5		x	Porque houve uma regência para a língua-mãe.
6		x	
7		x	Porque minha habilitação seria para trabalhar na parte de esporte, cadeira de rodas e basquete.
8		x	Mas com a didática que aprendi tento aplicá-la com o meu aluno.
9		x	Pois a sociedade como um todo, principalmente como instituição de educação, era e ainda continua sendo preconceituosa.
10	x		Não foi uma formação adequada a isto, mas as buscas que fiz durante, sobre o assunto, me permitem saber lidar com crianças, com essas necessidades.
11	x		Deu uma luz, mas não uma preocupação adequada para o assunto.
12			Não respondeu.
13			Não respondeu
14		x	Precária.
15	x		O suficiente não, porém tive subsídios para recebê-los.
16			Não respondeu.

Os professores afirmaram que não receberam formação para trabalhar com alunos especiais, outros relatam com muita ingenuidade o pouco conhecimento adquirido por algumas informações acadêmicas recebidas, outros não opinaram sobre o assunto e uma

parcela mínima esteve satisfeita com a orientação recebida. Segundo a Lei n.º 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no seu artigo 59, parágrafo III:

Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (CASTRO, p. 137, 2003).

Tendo em vista que a Constituição, esta deixa claro a capacitação para o atendimento às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, não é isso que de fato se concretiza nas escolas públicas.

Para ampliar nossos conhecimentos sobre o processo de educação inclusiva de Iranduba, perguntamos aos professores: Como você vê o processo de Educação Inclusiva no Iranduba? As respostas foram muito distintas, vejamos.

Professor	Respostas
1	Péssima a educação no município de Iranduba, esta cada vez mais esquecida e abandonada.
2	Péssima. Porque está cada vez mais esquecida.
3	De maneira favorável por perceber a maneira como a educação está sendo conduzida através dos profissionais que atuam com amor.
4	De forma adequada e sem discriminação.
5	Precisa melhorar muito, principalmente se investir mais em educação.
6	Péssimo.
7	Até o momento não vi nada.
8	Ótimo, assim as crianças com necessidades especiais terão oportunidades de se relacionar com outras crianças e oportunidade de educar-se.
9	Com muitas falhas como em todo o país. Desrespeitando, tanto o profissional de educação, como o aluno.
10	Vejo que ainda pode melhorar muito.
11	Ainda caminhando a passos lentos. É tanto que os professores encontram dificuldades para trabalhar com essas necessidades.
12	Muito bom. Porque, mesmo com essa necessidade as crianças são incluídas na escola.
13	Em minha opinião, acredito que a partir do momento que não estiver mais exclusão no processo de educação também estará diminuindo o preconceito.
14	Não.
15	Esse processo, acredito que ainda está em andamento.
16	Muito bom.

Nesta questão, obtivemos respostas variadas e surpreendentes, tendo em vista olhares profundamente opostos, com isto refletimos o quanto é primordial a busca de conhecimentos em inúmeras áreas da educação. Acreditamos que os professores têm pouco conhecimento da Educação Inclusiva, e neste momento torna-se crucial que os órgãos competentes realizem ações para serem implementadas e trabalhadas o mais breve possível com os professores e os alunos.

Ainda de acordo com as respostas dos sujeitos a secretaria de educação não promove cursos de capacitação para o atendimento aos alunos especiais ou quando promove, são de pouca duração. Ressaltamos aqui que todas as Secretarias de Educação têm o dever de promover a capacitação para os professores, principalmente aquele que irá trabalhar em uma Escola Inclusiva.

De acordo com a Declaração Mundial de Educação para Todos e Declaração de Salamanca, afirma que:

Os programas de formação inicial deverão incluir em todos os professores de educação básica uma orientação positiva sobre a deficiência que permita entender o que se pode conseguir nas escolas com serviços locais de apoio. Os conhecimentos e as aptidões requeridos são basicamente os mesmos de uma boa pedagogia, isto é, a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de adaptar o conteúdo do programa de estudos, de recorrer à ajuda da tecnologia, de individualizar os procedimentos pedagógicos para atender a um maior número de aptidões... Atenção especial deverá ser dispensada à preparação de todos os professores para que exerçam sua autonomia e apliquem suas competências na adaptação dos programas de estudos e da pedagogia, a fim de atender às necessidades dos alunos e para que colaborem com os especialistas e com os pais. (CASTRO, 2003, p. 142).

Concluindo este tema com os professores, indagamos a estes como deve ser a política de Educação Inclusiva de Iranduba? Vejamos o que disseram:

Prof.	Respostas
1	Deve ser muito bem preparado para arcar com todos os conhecimentos, de cada um dos professores na qual todos possam ter uma formação séria e adequada. E acima de tudo que as principais autoridades da educação possam visitar a escola pelo menos duas vezes por semana.
2	Deve ser muito bem planejado para incluir todos os portadores e ser levado a sério a formação dos profissionais.
3	Onde nela haja respeito pelos seus profissionais.
4	Penso que muito ainda pode ser feito.
5	Deve se investir mais no profissional, capacitando e oferecer melhores pisos salários, obedecendo assim, o plano de cargos e salários.
6	Deve ser voltada especialmente, para que possamos incluir nossos alunos especiais na sociedade, dando dignidade e respeito a essa clientela.
7	Não respondeu.
8	Não respondeu.
9	Essa política tem que ser trabalhada com mais responsabilidade. Dando o mínimo de suporte didático ao professor e cursos para lidar com alunos especiais.
10	Deve ser de acordo com a demanda de crianças que necessitam desta educação e que elas tenham prioridade e qualidade de ensino.
11	Preparando melhor o professor para atuar com os alunos que são especiais. Não adianta dizer que aprendem da mesma forma que os outros, que não é verdade. Precisam de atenção especial, portanto, quem vai lidar com eles deve estar preparado, do contrário não se terá bons resultados.
12	Fazer com que a criança se sinta excluída às vezes pelos próprios familiares, se sinta melhor convivendo com as outras, como não se tivesse esse problema. Deve ser com mais aplicação de verbos na formação de professores e um local adequado para esse aluno, e também um acompanhamento por parte dos responsáveis dessa política.
13	Primeiramente deve haver cursos promovidos em nosso município, trabalhando e conscientizando os profissionais da área, para que a partir daí todas as escolas possam receber todas essas crianças especiais de forma iguais.

14	Não respondeu.
15	Deve ser algo que ocorrer, porém, deve haver responsabilidade e profissionais preparados para receber estas crianças.
16	Deveria ter uma mobilização da sociedade no município. Deveria partir da secretaria de educação.

Nesta questão os professores demonstram total segurança na busca da formação continuada, capacitação, cursos de aperfeiçoamento, onde eles possam educar os alunos com Necessidades Especiais ou não, a partir de conhecimentos preestabelecidos e, assim, assumam com mais veemência suas responsabilidades como professores competentes, o que seria muito melhor e aceitável adquirir essa prática para o desempenho das atividades na escola.

Os professores na sua totalidade reconhecem a importância e necessidade da escola ser um espaço inclusivo, entretanto falam de suas limitações profissionais e da falta de espaços adequados, que garantam de fato uma inclusão na qual alunos e professores atuem na busca de objetivos comuns.

Em nenhum momento os professores deixaram transparecer quanto à recusa de alunos com necessidades educacionais especiais em sua sala de aula. Apesar da necessidade de melhor qualificação, todos estão dispostos em aceitar estas crianças. Reconhecem, entretanto não estarem preparados o suficiente para mais esta tarefa, em função da pouca informação e formação recebida durante sua formação, com isto são taxativos ao exigirem do poder público a garantia de investimentos que assegure sua formação continuada.

Ficou claro nesta pesquisa que os professores reconhecem que a escola não está preparada para receber crianças especiais, e que para isto tanto a escola, a família e toda a comunidade escolar precisa rever seus conceitos sobre o ser diferente, pois isto não implica ser inferior ou incapaz de aprender, estar junto, ocupar o mesmo espaço e ter os mesmos direitos.

É preciso portanto, investir na formação continuada dos professores, tornar o espaço escolar adequado às múltiplas necessidades dos alunos, sejam estes deficientes ou não, apresentem necessidades educacionais específicas ou não. A escola é única. É a garantia de cidadania aos excluídos, em função de sua diferença, seja física ou intelectual.

A educação não pode continuar um quebra galho para a população pobre. Não é um privilégio mas um direito de todos. Não importa a cor, a religião, a origem, enfim, quanto mais diversa, melhor será o resultado.

Alguns administradores públicos administram os recursos destinados à educação como um patrimônio seu e exclusivo. Faz o que quer com os recursos, menos investir no que deveria, na melhoria da qualidade de vida da população. Agem à revelia da ética e do respeito

ao direito de todos. Metem a mão nos recursos públicos e depois forjam prestação de contas. A população precisa cobrar mais de seus representantes, pois estes parecem ignorar a sua presença e agem como verdadeiros donos da verdade. Estes precisam ser punidos e nunca mais voltarem ao poder. Alguns, inclusive, precisam devolver tudo o que tem, pois foi adquirido de forma imoral.

Enquanto isto, escolas deixam de ser construídas e o professor fica a mercê destes espertalhões que querem se dá bem em tudo, pois a impunidade é a garantia de que pode roubar e nada acontece. Com isto, escolas estão caindo, merenda escolar é uma raridade e o salário do professor é uma humilhação, comparando-se a outros profissionais.

Como exigir do professor, quando este não tem o devido reconhecimento? A começar por um salário mais justo e que garanta viver de forma digna?

Necessitamos de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar; uma escola que não tenha medo de se arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecido e, em resposta às necessidades de inclusão, promovê-la, tornando-se uma escola cidadã. É dessa forma que todos se beneficiam da Educação Inclusiva, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e a comunidade. Então, como atuar numa escola inclusiva?

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, MEC. Ministério da Educação. Educação Inclusiva: v 4 A família/ coordenação geral Seesp/MEC; organizadora Maria Salete Fábio Aranha. Brasília, 2004.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org). Formação de Educadores: Desafios e perspectivas. – São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

CASTRO, Rubens da Silva e SILVA, Jorge Gregório da. Novos Comentários à LDB. Manaus: EDUA, 2003.

NASCIMENTO, Aristonildo C. Araújo. (Org.) Educação Inclusiva no Contexto Amazônico: formação de professores. Manaus: EDUA, 2007.

_____. (Org.) Educação Inclusiva no Contexto Amazônico: altas habilidades/superdotação. Manaus: EDUA, 2007.

SERBINO, Raquel Volpato. **Formação de Professores**. [et. al]. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.